



Desmistificando a riqueza



LEONARDO SWARIS/DIVULGAÇÃO

Antonio David Cattani*

A concentração desmedida de renda vem aumentando de forma ininterrupta no mundo todo desde meados dos anos 1980. Como resultado da política econômica adotada a partir de 2016, o Brasil terá o dobro de milionários nos próximos cinco anos. Uma vez que é impossível o aumento da atividade econômica na mesma proporção, nos próximos anos continuará o processo de transferência de renda dos setores médios e dos mais pobres para as classes abastadas. Em 2013, publiquei a obra *A riqueza desmistificada*, em que apresentou evidências do fenômeno em escala internacional, destacando também as peculiaridades brasileiras: um país riquíssimo, moderno e dinâmico batendo recordes de desigualdades socioeconômicas. Pouco tempo depois, em seu livro *O capital no século XXI*, Thomas Piketty, com muito mais recursos técnicos e estatísticos, apresentou provas irrefutáveis do processo em curso: a taxa de rendimento dos grandes capitais (e, conseqüentemente, das grandes fortunas) vem crescendo mais do que a taxa de crescimento da economia.

De lá para cá, a concentração desmedida da riqueza continuou em ritmo acelerado. Em termos bem simples: poucos estão ganhando muito em detrimento da maioria. Quando tratado na esfera acadêmica, esse tema tem um alcance político limitado. Quando traduzido em linguagem acessível, atinge um público que ignora as causas e conseqüências das injustiças e da ineficiência econômica. Isso nos levou a publicar uma versão sintética e mais acessível dos meus trabalhos, dando destaque aos principais fatos relativos ao Brasil: *Ricos, poderes de ricos*. Esse trabalho destaca alguns pon-

tos desconhecidos da realidade brasileira: a população que recebe até dois salários mínimos paga mais de 50% dos seus ganhos em impostos, enquanto o 1% mais rico paga muitíssimo menos, na ordem de 2 a 3%. As grandes corporações se valem de múltiplas estratégias para escapar do fisco, enquanto pequenas e médias empresas são oneradas com pesados impostos.

Os ricos não teriam tanto poder e não permaneceriam impunes se as pessoas soubessem como eles acumularam suas fortunas. As reações de muitos leitores da primeira edição de *Ricos, poderes de ricos* confirmam a veracidade dessa afirmação. Alguns denotam incredulidade; outros, espanto; e muitos, indignação: “É exagero, não pode ser tanto assim...”; “Não é possível, é muita diferença...”; e “Estou bancando o trouxa, sou assalariado (ou sou pequeno empresário), pago muito imposto, e os ricos não pagam quase nada!”. A primeira edição esgotou em tempo recorde, motivando uma nova edição, revista e ampliada, no início de 2018.

Outras reações dos leitores dizem respeito ao desânimo em face da crua realidade exposta. A ilustração da capa do livro, obra de Edgar Vasques, sintetiza elementos do quadro socioeconômico atual. No topo, ocultos, os poderosos venerados pela grande mídia e protegidos pelo aparato judicial e pela polícia. No segundo nível, latifundiários, políticos venais abastecidos com malas de dinheiro, banqueiros e rentistas desfrutando a vida de maneira despreocupada. No terceiro nível, pequenos empresários se esforçando para ascender, profissionais liberais e categorias diversas nas suas labutas. Na base, sustentando os demais, todas as categorias de trabalhadores na luta desesperada pela sobrevivência.

Sem eles, a pirâmide não ficaria de pé; sem eles, os outros não poderiam ter os recursos e o conforto que têm. A base não consegue enxergar o topo. Os batalhadores desconhecem sua importância e acreditam que “trabalham como podem e ganham o que merecem...”.

Nas últimas três décadas, o crescimento econômico vem beneficiando um número proporcionalmente cada vez menor de indivíduos. Para garantir poder e legitimidade, as classes abastadas conseguiram orientar a lógica dos investimentos em seu benefício, intensificando, ao mesmo tempo, a dominação ideológica. A concentração desmedida da riqueza tem duas graves implicações. A primeira remete à esfera econômica. Grandes corporações não são, necessariamente, mais eficientes. Pelo contrário, quanto maior a escala dos negócios, maiores os efeitos de poder, levando a monopólios, privilégios indevidos e, sobretudo, proporcionando capacidade ilimitada de sonegação. A segunda envolve a manipulação ideológica contrária ao bem comum. A mistificação e a mitificação da riqueza imerecida cresceram no mesmo ritmo da acumulação das fortunas. Princípios tais como livre concorrência, mercado autorregulado, empreendedorismo e meritocracia deixaram de ser possibilidades que beneficiariam os mais esforçados e honestos, transformando-se em engodos ideológicos, mobilizando incautos e desinformados. O estímulo ao individualismo despolitizado, o combate aos valores democráticos, a demonização dos movimentos sociais progressistas promovem a intolerância e a violência fratricida. Frustrações e ressentimento abrem caminho para soluções autoritárias e antidemocráticas. Quanto mais

desinformados forem os indivíduos, mais devastadora a dominação dos poderosos, que permanecem impunes e perpetuam as injustiças.

Quem quer mudar o presente precisa entendê-lo de forma a conjugar entendimento e ação política. Depois de décadas preocupados em entender o “polo pobreza”, muitos pesquisadores passaram a produzir e divulgar dados e análises sobre o “polo riqueza”, demonstrando que ambos não são autorreferentes e autoexplicativos. Para entender a realidade, é necessário compreender como ocorrem os processos de geração e transferência da renda socialmente produzida.

Atualmente, há um consenso nos diagnósticos a respeito das medidas necessárias. Em poucas palavras: a riqueza concentrada corrompe e perverte a política, deixando-a cada vez mais elitista e frágil. No campo econômico, sob domínio do setor financeiro e do rentismo, ela torna ineficiente a atividade produtiva, destruindo empregos e dificultando o verdadeiro espírito empreendedor.

Para evitar o desastre econômico, social e ambiental, torna-se necessário o combate ao rentismo e a suas práticas predatórias, o fim dos monopólios midiáticos e a cobrança de impostos conforme a capacidade contributiva. Os resultados serão imediatos: a violência e a intolerância diminuirão, promover-se-á a participação política em condições mais honestas. O argumento principal para a mobilização é muito simples: uma sociedade com menos desigualdades é melhor para todos.

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFRGS e do PPG em Sociologia/UFRGS